



## Grupos Sociais Oprimidos na Cidade: Como Pesquisá-los sem Usá-los?

### Autoria

Elisângela de Jesus Furtado da Silva - elisangelafurtado23@gmail.com

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin – CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Luiz Alex Silva Saraiva - saraiva@face.ufmg.br

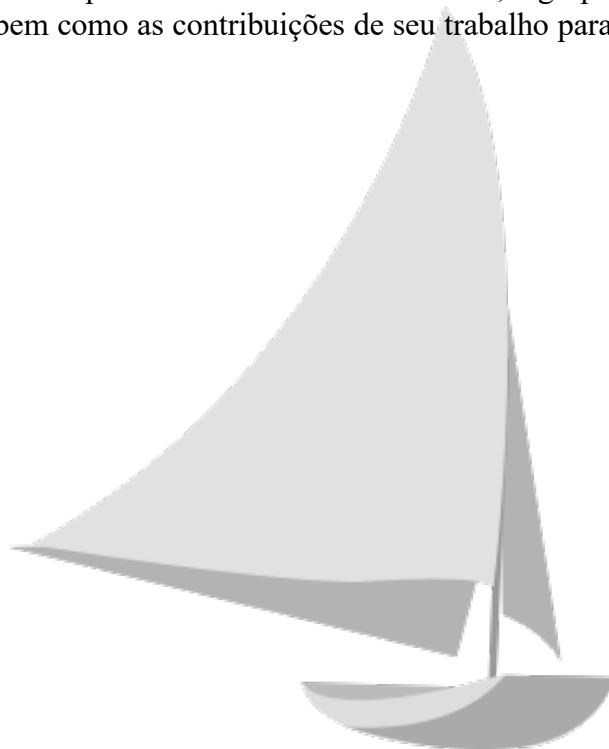
CEPEAD/UFMG

### Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de mestrado que viabilizou a realização da pesquisa que originou este artigo.

### Resumo

Este texto tem por objetivo destacar cuidados e impasses da pesquisa com grupos sociais oprimidos na cidade. Por mais que os pesquisadores não tratem das implicações de dimensão ética, política e epistêmica para citar algumas, em seus trabalhos, elas são inerentes a qualquer produção. Adotar novos sistemas de conhecimento, como as epistemologias de povos fora do eixo euro- americano, intituladas de cosmovisões, são uma alternativa para demonstrar o modo com que a realidade dos outros tem sido distorcida por um grupo hegemônico, já que empregam estratégias diversas para a manutenção do status quo. Foi possível perceber que a abordagem de grupos oprimidos precisa levar em consideração diversos fatores, tais como a dinâmica social que os leva a essa condição, a habilidade de o pesquisador perceber criticamente sociedade, o grupo social que pesquisa, a ciência e a si próprio, bem como as contribuições de seu trabalho para as organizações estudadas.





## Grupos Sociais Oprimidos na Cidade: Como Pesquisá-los sem Usá-los?

### Resumo

Este texto tem por objetivo destacar cuidados e impasses da pesquisa com grupos sociais oprimidos na cidade. Por mais que os pesquisadores não tratem das implicações de dimensão ética, política e epistêmica para citar algumas, em seus trabalhos, elas são inerentes a qualquer produção. Adotar novos sistemas de conhecimento, como as epistemologias de povos fora do eixo euro- americano, intituladas de cosmovisão, são uma alternativa para demonstrar o modo com que a realidade dos outros tem sido distorcida por um grupo hegemônico, já que empregam estratégias diversas para a manutenção do *status quo*. Foi possível perceber que a abordagem de grupos oprimidos precisa levar em consideração diversos fatores, tais como a dinâmica social que os leva a essa condição, a habilidade de o pesquisador perceber criticamente sociedade, o grupo social que pesquisa, a ciência e a si próprio, bem como as contribuições de seu trabalho para as organizações estudadas.

**Palavras-chave:** Organizações de grupos sociais oprimidos. Pesquisa. Ética na pesquisa.

### Introdução

Nesse artigo se tem como objetivo problematizar a pesquisa em organizações sociais de grupos oprimidos nas cidades. Sua motivação é oriunda de uma pesquisa recentemente concluída, realizada em uma comunidade quilombola urbana, e que apresentou uma enorme complexidade não apenas metodológica, como política e ética, que resultaram neste texto.

Investigar as formas de organização destes grupos é necessário e tem havido um crescente no âmbito de pesquisadores de Estudos Organizacionais nesse sentido em razão tanto da necessidade de uma noção de organização alternativa à grande empresa capitalista industrial quanto pelo próprio papel das universidades, que tem incorporado a gestão como dimensão fundamental das possibilidades de emancipação. Todavia, as boas intenções da academia ainda resvalam em questões sérias, como a preponderância de discussões teóricas em detrimento de soluções em um contexto de desigualdades sociais e econômicas marcantes (King, 2003), as inferências estigmatizantes sobre os grupos oprimidos, e dados estatísticos superficiais, que pouco retratam o cotidiano de tais pessoas. Com isso, é generalizada a noção de que os pesquisadores “usam” as comunidades, extraindo informações que serão publicadas em eventos, periódicos e livros, sem uma contrapartida à altura para a reversão dos problemas presentes naqueles contextos.

Em boa parte dos casos, esse quadro é decorrente do uso de lentes teóricas concebidas sob um ideal de processo civilizatório no qual o parâmetro de desenvolvimento é associado a povos europeus, enquanto os demais são considerados menos civilizados, “os outros” examinados no que lhes falta para atingir o ideal, uma visão que esbarra em estereótipos, hierarquização entre sociedades e, principalmente, na difusão de respostas para perguntas que sequer foram feitas naquele contexto específico. As consequências são a manutenção e o agravamento da desigualdade social, como observado por King (2003).

Organizações de grupos sociais oprimidos são aquelas marcadas por diferenças ligadas a gênero, a raça ou ainda a classe social, por exemplo (Wodak, 2008; King, 2003). A diferença é inerente às pessoas, mas algumas são vistas em uma lógica que as hierarquiza. Assim, algumas características compartilhadas por um grupo social organizado por ser um marcador de opressão. Esses grupos possuem especificidades em relação aos demais e a



abordagem desses grupos também apresenta peculiaridades. As questões enfrentadas por tais grupos têm sido abordadas em diversos estudos, os quais procuram interrogar as condições, as formas, consequências e possibilidades de mudança social. Questionar as práticas de pesquisa social pode ser considerado importante em função de que sua problematização não acompanha o volume de trabalhos realizados. A falta de reflexão no fazer científico pode ser caracterizada por uma miopia que impede o pesquisador de perceber fatores importantes relacionados ao fenômeno no qual está debruçado, o que conseqüentemente, estará refletido na qualidade dos achados dos estudos.

Autores como Ladson-Billings (2006) e Fine *et al.* (2010), apontam que uma das conseqüências da falta de reflexividade na realização das pesquisas é a produção e o reforço das lógicas que marginalizam esses grupos. Ultrapassar a reprodução da lógica que estigmatiza e marginaliza determinados grupos sociais é um desafio para a comunidade acadêmica. Um fator que tem proporcionado avanços no desenvolvimento da pesquisa é a noção ampliada de fenômenos organizacionais, vista sob a forma de elementos tais como sociabilidade e territorialidade, presentes e observáveis a partir da dinâmica das cidades (Fantinel & Fischer, 2012).

### **A produção do conhecimento científico**

Mesmo sob o signo científico, o conhecimento não é produzido de forma homogeneizada, pois ele vale-se de concepções anteriores a si e que norteiam sua produção e, conseqüentemente, o critério de verdade a ser utilizado. A esse respeito, Triviños (2011) identificou três critérios de verdade, que dizem respeito à forma como ela é produzida, podendo ser por meio da autoridade, da persuasão ou, ainda, pela prática social. No âmbito científico, os critérios de verdade norteiam a realização do trabalho, os quais devem ser satisfeitos para que ele possa ser legitimado enquanto uma produção científica. Além dos fundamentos que se constituem premissas a serem observadas para a realização da pesquisa, existem nuances à sua realização e, mesmo que não sejam evidenciadas pelo pesquisador, estão presentes e refletem intencionalidades e coerências discursivas. Assumi-las é, após toda a reflexão teórica, uma forma de demonstrar de onde o trabalho emerge e a que se propõe.

Adotar novos sistemas de conhecimento, como as epistemologias de povos fora do eixo euro- americano, intituladas de cosmovisão, são uma alternativa para demonstrar o modo com que a realidade dos outros tem sido distorcida por um grupo hegemônico, já que empregam estratégias diversas para a manutenção do *status quo* (Wodak, 2003), ou ainda, dito em outras palavras, que os grupos marginalizados assim permaneçam (Ladson-Billings, 2006). A distorção do real é fruto de ótica que centraliza determinados processos civilizatórios na medida em que marginaliza outros. Essa distorção está associada à produção dos trabalhos, as verdades por eles produzidas e refletem intencionalidades.

O termo epistemologia é usado para referir-se à teoria da ciência ou filosofia da ciência e pode ser entendido como a forma como se conhece o mundo (García, 2006). Conhecer, para Hessen (1999, p. 97), “significa apreender espiritualmente um objeto”. A apreensão do objeto pode ocorrer de diversas formas. Essa forma irá determinar o modo que se utiliza para descrever e analisar o real, modo que caracteriza a produção do conhecimento. Por muito tempo, a epistemologia refletia de forma preponderante o ideal europeu de produção de conhecimento.

A análise do conhecimento científico é outra forma de compreender a dimensão epistemológica, os pressupostos filosóficos, os objetos de estudo possíveis, os valores implicados na produção do conhecimento, a lógica estrutural do corpo teórico mobilizado para elaborar explicações, os métodos usados nas investigações, bem como as formas de interpretação dos resultados (Briones, 2002). Todos esses fatores estão ligados às formas e



possibilidades com que um dado saber no interior da ciência pode ser produzido e, nos últimos tempos, têm sido objeto de problematização visando alargar a diversidade epistemológica reconhecida e utilizada no mundo (Santos, 2011).

Ao observarem-se grupos sociais majoritários, King (2003) e Wodak (2008) compartilham a ideia de que esses grupos desenvolveram estratégias discursivas racistas e preconceituosas sofisticadas, que procuram naturalizar os processos sociais opressores. Os trabalhos que abordam grupos sociais oprimidos interrogam as manifestações e os reflexos oriundos da lógica estigmatizante. No entanto, a discussão sobre as peculiaridades na pesquisa desses grupos tem sido escassa.

A ciência é considerada um *locus* privilegiado de produção do conhecimento, porém essa hegemonia tem sido tensionada por fatores ligados à produção das pesquisas. Os estudos como comunidades quilombolas, por exemplo, desestabilizam a pretensão hegemônica da ciência. Essas comunidades representam formas de saberes e conhecimento que reforçam a inexistência de uma verdade absoluta e que compreenda todos as pessoas da sociedade. Por mais que os pesquisadores não tratem das implicações de dimensão ética, política e epistêmica para citar algumas, em seus trabalhos, elas são inerentes a qualquer produção. Tal como para a construção de uma casa, existem diversos processos e instrumentos possíveis para a estruturação de um trabalho acadêmico. Um desses processos é a pesquisa e os métodos científicos, os instrumentos necessários à realização do trabalho. As escolhas metodológicas devem demonstrar critérios que justifiquem sua seleção e devem evidenciar pertinência entre os níveis epistemológico, teórico, político e ético do estudo.

Os estudos em Ciências Sociais norteados pelo positivismo refletem uma influência do processo do fazer científico hegemonicamente existente nas Ciências Naturais, que opera na lógica de que há “uma realidade externa que pode ser examinada com objetividade, pelo estabelecimento de relações causa-efeito, a partir da aplicação de métodos quantitativos de investigação, que permitem chegar a verdades universais” (Terence & Escrivão-Filho, 2006). A busca da “visão interpretativa nos estudos organizacionais” não pode ser resolvida unicamente pelo confronto reducionista entre métodos quantitativos e qualitativos (Godoi; Balsini, 2004). O que se deve ter em mente são outros fatores, como a coerência epistemológica, justamente um dos achados no estudo de Vergara e Peci (2003).

Ao discorrerem sobre esse fenômeno, as autoras afirmam que “o status do cientista e os métodos tradicionais de fazer ciência perpetuam o conhecimento adquirido. Os esquemas de poder da Academia influenciam, embora inconscientemente, as escolhas dos autores” (Vergara & Peci, 2003, p. 24). Elas questionam quais as implicações da orientação positivista empregada nas pesquisas sob a ótica dos grupos pesquisados, reflexão não tão evidenciada nos trabalhos.

A pesquisa qualitativa é empregada como método de “investigação”, e o posicionamento empático e simpático dos pesquisadores não impede que “as pesquisas, de qualquer natureza que sejam, podem servir de pretexto, consciente ou não, para o exercício de um maior controle sobre as populações pesquisadas” (Poupart *et al.*, 2012, p. 221). Essa prática configura uma questão ética e política para com os grupos pesquisados, tendo sido utilizada inclusive com objetivos colonizadores, segundo o autor.

O pensamento de Poupart encontra respaldo em Michele Fine, já que, “grande parte da pesquisa qualitativa tem reproduzido, quando cheia de contradições, um discurso colonizador sobre o outro” (Fine, 2006, p. 116). Respeitado o tempo transcorrido desde a realização do estudo por Vergara e Peci (2003) até o presente momento, que pode significar, inclusive, uma mudança no que se refere à orientação adotada nos Estudos Organizacionais, é importante destacar que a questão que as autoras tratam não é inovadora e tampouco ultrapassada.

Para Ladson-Billings, o pesquisador que adota a pesquisa qualitativa para produzir estudos sobre a Teoria Crítica da Raça, deve agir de modo “auto-revelador para reconhecer a



dupla (ou múltipla) consciência na qual está agindo”. As consciências de que trata a autora são as que o pesquisador carrega nessa qualidade, seja intelectual, política, ética e outras. A Teoria Crítica da Raça parte da noção naturalizada do racismo na sociedade, dessa forma os estudos podem refletir a luta antirracista, antiliberal ou tantos outros posicionamentos políticos voltados ao debate da condição de grupos subalternos na sociedade (Ladson-Billings, 2006).

Refletir sobre as questões tratadas pela autora revela a importância do nível de consciência necessário para realizar estudos de grupos sociais marginalizados. Não obstante, é válido reconhecer que o pesquisador tem o poder de deliberar o que fazer dos conhecimentos e informações adquiridos com a pesquisa e que dizem respeito a seu posicionamento político. Não assumir um posicionamento não implica a ausência política do trabalho, mas remete à escolha de não se problematizar essa dimensão.

Fala-se aqui de um nível de reflexividade enunciado por Ladson-Billings (2006), em que o pesquisador tem consciência que o conhecimento gerado na universidade pode assumir diversos papéis, dentre os quais pode citar a promoção do desenvolvimento social ou a manutenção de lógicas opressoras. O desenvolvimento social não se confunde com a dimensão econômica, e está associado ao pensamento de Wodak (2003), já que acredita, em última instância, que pesquisadores com abordagem crítica devem ser capazes de construir processos de desnaturalização da opressão, por meio da realização de estudos científicos e retorno às comunidades participantes das pesquisas.

### **As desigualdades na prática social**

A relação entre modos de ser e viver não ocorre de forma harmônica, pois existem sistemas culturais que se pretendem hegemônicos e universais ao mesmo tempo que conferem status marginal aos demais, em escalas hierarquizadas considerando-se a distância em que se encontram-se do que é considerado como parâmetro. Dessa forma, a sociedade moderna criou as escalas globais de exclusão. O estabelecimento de uma grande narrativa universalista oprime quem não se encontra no perfil, sendo o parâmetro o homem branco, heterossexual cisonormativo. Qualquer elemento a menos neste perfil significa possibilidades menores a que os sujeitos terão acesso.

Como forma de incluir-se, os não brancos e homossexuais transsexuais, submetem-se a condições de vida precarizada com relação ao grupo de referência, o que Sawaia (2001) chama de inclusão perversa. Os efeitos dessa situação são lastimáveis, pois mantêm e aprofundam as desigualdades sociais, o que significa pobreza, má qualidade de vida e perda para toda a sociedade em termos de possibilidades de desenvolvimento. A política é o campo social que permite refletir sobre a ocorrência desse processo, bem como em possibilidades que visem amenizar e reverter esse quadro (Böhm, 2006).

As questões são múltiplas e complexas no âmbito político, já que cada grupo social por si só, já é *locus* de uma multiplicidade de visões e interesses. Böhm (2006) afirma que uma possibilidade é a busca de uma identidade social, marcada pelo compartilhamento dos problemas vivenciados no cotidiano, pela difusão das mudanças conquistadas e pelo uso de recursos simbólicos. Segundo o autor, o compartilhamento de uma identidade influencia na construção da realidade, ampliando a noção política.

Outra reflexão necessária é a de que a apropriação de debates com origem em outros grupos é algo importante para enriquecer as perspectivas a respeito dos fenômenos sociais. Porém, algumas ressalvas fazem-se necessárias. Há quem critique a apropriação de conceitos ativistas no campo acadêmico, já que não se tratam de conceitos construídos com o rigor científico. É importante, em primeiro plano, dizer que se tratam de esferas diversas, cada uma com suas especificidades e que a produção de uma não invalida a de outra. De acordo com



Böhm (2006), as pesquisas possuem uma dimensão política e, nessa condição, evidenciar esse posicionamento nos trabalhos não pode ser reduzido a militância.

Contudo, valer-se de conceitos criados em um contexto diferente do acadêmico, como o político, exige grande esforço reflexivo, no sentido de compreender em que circunstâncias algo foi dito. Nesse sentido, um exemplo de “má” aplicação por pesquisadores de conceitos é o uso do termo “vitimismo” para criticar discursos antirracistas, o que pode gerar interpretação inadequada, já que esse argumento é justamente usado para desqualificar as denúncias da manifestação racista (Arandas, 2010).

Outro ponto polêmico é o ideal essencialista abordado por Hall (2001). Como aponta Bhabha (1998), as lógicas binárias consideradas como mutuamente excludentes estão ligadas à concepção de que a valorização da estética, saberes e referências europeus necessariamente implicam desvalorização das não brancas. A ausência de reflexão e problematização pode estimular a lógica contrária como ideal e, nesse aspecto, o radicalismo é uma possibilidade não rara nesse campo, como pessoas que acreditam que negros não devem relacionar-se com brancos ou vestir-se e portar-se como eles.

Tais inferências distanciam-se das questões que realmente se configuram como excludentes, para determinados grupos sociais. É válido questionar os padrões eurocêtricos, heteronormativos e toda narrativa totalizante, como forma de promover a desnaturalização de processos sociais excludentes. Também é oportuno dizer que a alternativa à opressão causada por narrativas que se pretendem universais, como é o caso da noção binária de gênero, que condiciona a sexualidade a uma noção biologizante, não é substituí-la por outra, mas, conhecer e valorizar outras possibilidades, proporcionando às pessoas quadros amplos que possam representar as diferenças existentes na sociedade.

Bhabha (1998) e Böhm (2006) expõem fatores presentes nas pesquisas sociais que representam reprodução da lógica desigual presente na sociedade. Os binarismos usados para simplificar a complexidade do real, terminam por reduzir e apagar as diferenças que são inerentes aos grupos sociais. Já o ideal político de manutenção do *status quo* termina por invisibilizar e com isso naturalizar os processos sociais que contribuem para a marginalização e exclusão sociais. Aderir aos conceitos e discussões políticas presentes na sociedade também não dissolve a complexidade da dimensão política das pesquisas. Diante desses fatores, abordar grupos sociais oprimidos possui nuances específicas.

### **Implicações da pesquisa na abordagem de grupos sociais oprimidos**

A realização do estudo possibilitou perceber uma intensificação de interesse de instituições de ensino pelas comunidades quilombolas, uma organização social considerada oprimida. Isso está refletido no número crescente de artigos publicados e também nas frequentes visitas organizadas por escolas de nível fundamental e médio às comunidades. O fato positivo decorrente desse interesse é que as comunidades têm conseguido visibilizar a situação por eles enfrentada e com isso mobilizar um grande número de pessoas, que se tornam aliados políticos.

Outro ponto a se destacar é o desenvolvimento de projetos educacionais e pedagógicos que reforçam aspectos positivos do legado das comunidades africanas trazidas para o Brasil, fugindo das representações de pessoas escravizadas e passivas à opressão da escravização. Isso pode gerar nas crianças e jovens uma influência positiva, já que muitos deles são atravessados por questões sociais que também são percebidas nas comunidades e que dizem respeito à interseccionalidade (Crenshaw, 2002). No que se refere aos estudos realizados por instituições de ensino superior, pode-se destacar o debate no nível acadêmico dos problemas enfrentados pela comunidade por meio de estudos que tanto denunciam situações de injustiça



e opressão, quanto procuram apontar soluções para questões vivenciadas pelos grupos sob os mais diversos enfoques.

Ocorre que esse crescente interesse, principalmente nas comunidades urbanas em função da proximidade, tem sido tratado de formas distintas pelos grupos sociais pesquisados. Na comunidade que estudamos, a maior parte dos quilombolas trabalha e recebe pessoas curiosas, de modo frequente e inesperado e é algo que demanda disponibilidade. Essa comunidade é considerada receptiva e acolhedora, inclusive conta com uma estrutura denominada Quadrado, que é justamente voltada às interações coletivas envolvendo visitantes. Mas há comunidades em que a abordagem é amplamente diferenciada. Em Belo Horizonte, tivemos contato com uma comunidade quilombola onde há uma tabela de preços definida para demandas de alunos e professores. Já que as visitas demandam disponibilidade, a comunidade definiu que atender os visitantes configura uma prestação de serviços e que o pagamento por eles é uma forma de remunerar tanto a pessoa quanto a comunidade pelos serviços prestados, que podem ser uma reunião, entrevista, visita, realização de fotos e filmagem, esse último sendo o serviço mais caro. Os valores cobrados também levam em consideração o nível educacional dos interessados, sendo os menores valores aplicados às demandas do ensino fundamental e os maiores valores voltados a professores de nível superior.

Durante a realização da pesquisa, ouvimos de forma sistemática queixas envolvendo acadêmicos. Por muito tempo pessoas da comunidade receberam visitas, forneceram informações e concederam imagens e não tiveram retorno sobre os resultados finais do trabalho e nem de como foram utilizadas as informações. Há inclusive a desconfiança de que as informações prestadas pelas comunidades compõem obras comercializáveis e que eles não têm acesso à contrapartida.

Esse comportamento de retirar dos grupos sociais as informações de interesse, sem a preocupação com o retorno é algo infelizmente histórico na Academia. Para citar um estudo analisado, podemos destacar o trabalho de Landes, que foi produzido a partir de uma pesquisa realizada em 1939, na Bahia, foi publicado em 1941 nos Estados Unidos e somente foi traduzido para o português em 1967. Os 28 anos decorridos desde a realização da pesquisa e a publicação do material final indicam que muitas pessoas que receberam a antropóloga estadunidense e que com ela compartilharam suas vidas, não tiveram a oportunidade de ler o trabalho.

Se conceder acesso às pesquisas já é um fator não considerado com frequência pelos pesquisadores, levar em consideração a posição da comunidade ante as análises feitas é algo ainda mais raro. Essa discussão tem relação sobre autoridade, autorização e a autoria dos trabalhos acadêmicos e que são abordados por Certeau (2000), Ladson-Billings (2006), Spivak (2010) e Fine et al. (2006). Essas dimensões dizem respeito à legitimidade e legitimação dos estudos realizados com pessoas oriundas de grupos sociais oprimidos, sem que elas sejam objetificadas ou alienadas do processo de construção do conhecimento, inclusive o científico (Ani, 1994).

Outro fator revelado como o estudo que realizamos foi o dilema que parecia impossibilitar a conciliação entre o posicionamento político e o fazer científico. A realização da pesquisa apontou dados pouco abordados na literatura quilombola e que são pontos críticos e que poderiam ser usados para enfraquecer o discurso quilombola. Boyer (2015) acredita que grande parte das pesquisas realizadas são de pesquisadores sensíveis à causa e, em geral, produzem trabalhos em que as comunidades quilombolas são vistas como uma metanarrativa de um grupo minoritário que é oprimido por grupos externos. Evidentemente, essa concepção apresenta um reducionismo severo. Contudo, após a análise da literatura quilombola, foi possível perceber que determinados pontos não são abordados nos trabalhos, justamente aqueles que representam pontos sensíveis para as comunidades. Uma razão para isso pode ser



a impressão de que, expor e tratar de tais pontos poderia ser algo negativo para as comunidades e para a causa política e social que esses grupos representam.

Tal como previsto por Wodak (2001), foi evidenciado na pesquisa realizada que o conflito é um fator presente na dinâmica social dos grupos oprimidos. Esse conflito não se resume ao embate do “nós” contra “eles”, já que também diz respeito a dinâmica interna desses grupos. Se a abordagem de um grupo oprimido está ligada a um posicionamento político do pesquisador comprometido com a emancipação social, seu trabalho não pode resumir-se a construção e a reprodução da metanarrativa simplista mencionada por Boyer (2015).

As pesquisas podem ser vistas em um *continuum* entre os extremos de ausência da problematização política e ética na realização da pesquisa para o posicionamento político tão marcado que impossibilita o tratamento de determinados achados considerados incongruentes com o posicionamento adotado pelo pesquisador. No trabalho de observar e compreender grupos oprimidos, a falta de consciência sobre as implicações do posicionamento adotado pelo pesquisador pode influenciar negativamente no estudo.

Realizar pesquisas sobre processos sociais que levam à segregação de determinados grupos por meio de mecanismos de invisibilização, requer do pesquisador consciência ontológica, epistemológica e política, pois do contrário, ele incorre no risco de que sua obra produza mais invisibilidade ao adotar paradigmas e ferramental construídos em contexto de apagamento de humanidades (Miranda, 2017). Um exemplo é o fato de que vários estudos europeus foram realizados adotando brasileiros como objeto. É possível observar que muitos desses trabalhos levaram em consideração muito mais os aspectos culturais entendidos como “espetáculos” do que a dimensão filosófica presente nas manifestações sociais. A esse respeito, Quijano (2005, p. 129) revela que, considerando-se especificamente a história da América Latina, “a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete”. Um exemplo dessa visão hierarquizante é a classificação da literatura produzida por pessoas não brancas, como folclore (Ladson-Billings, 2006).

É necessário resolver o dilema ontológico que permeia a crítica aos processos excludentes, como mostra Böhm (2006). O que se busca com a realização do trabalho é reforma ou revolução? Cada uma dessas alternativas possui percursos e estratégias próprias para tornarem-se efetivas. O que é necessário é ter consciência dos ideais almejados e o que representam para os grupos sociais que participam dos estudos. Tal posicionamento não deve ser confundido como visão romanceada da ciência ou assistencialismo: antes, porém, deve ser fruto de um processo de um ensino crítico de formação dos pesquisadores, de posição reflexiva sobre as nuances ligadas as escolhas dos pesquisadores em relação as comunidades pesquisadas.

Contudo, a ausência do posicionamento adotado pelo pesquisador não significa a produção de um trabalho apolítico. Essa dimensão está presente em toda produção (Böhm, 2006) e desconsiderar sua importância pode significar a perda do controle sobre os desdobramentos dos trabalhos

Os estudos de Böhm (2006), Ladson-Billings (2006) e Wodak (2001), indicam a necessidade de se pensar criticamente a realização das pesquisas de grupos sociais oprimidos e como os resultados serão vistos e compreendidos pelos grupos participantes da pesquisa. As questões aqui elencadas justificam o exercício cuidadoso nas escolhas necessárias à construção das pesquisas, de modo que os estudos não reproduzam opressão aos grupos assim tratados historicamente. Ladson-Billings afirma não existir consenso sobre quais metodologias utilizar: o que é comungado pelos estudiosos é o esforço em compreender o “regime de supremacia branca e a subordinação das pessoas não brancas a estes ocorreram e se mantiveram [...] e alterar o elo entre a lei e o poder racial” (Ladson-Billings, 2006, p. 274).





As considerações da autora fortalecem a tese de que a abordagem de grupos oprimidos não pode ocorrer na crença ingênua de que as ferramentas de pesquisa disponíveis são plenamente capazes de compreender os fenômenos aos quais esses grupos estão sujeitos. Os grupos oprimidos se encontram nessa condição justamente em função de um contexto em que determinadas práticas sociais marginalizam pessoas e a produção científica por muito tempo foi desenvolvida sob um ideal que reforçou esse processo. Isso significa que diversas teorias e métodos de pesquisas podem não ser sensíveis as questões que esses grupos estão sujeitos.

Tendo em vista o amplo debate a respeito dos limites do positivismo em dar conta da complexidade dos fenômenos sociais (Vergara; Peci, 2003), as decisões que nortearão a realização das pesquisas devem representar mais que uma adoção primária ao *mainstreaming*. Porém, a consciência das questões envolvidas não isenta o pesquisador de incoerência nos vários níveis de análise presentes no trabalho. Mas, sem essa reflexão, isso se torna algo quase inevitável, dada a complexidade dos grupos e a dinâmica social em que estão envolvidos.

### Considerações finais

A discussão aqui tratada procurou demonstrar as questões que permeiam a pesquisa de organizações sociais de grupos oprimidos. O número de trabalhos que abordam esses grupos tem crescido, no entanto, pouco se discute sobre as especificidades que as pesquisas com essa proposta possuem. A ausência do posicionamento dos autores não pode ser entendida como a realização de trabalhos apolíticos. Essa ausência pode indicar a inconsciência do pesquisador sobre as peculiaridades que esses grupos apresentam, o que compromete sua capacidade de avaliar criticamente seu fazer científico e os resultados das pesquisas.

A abordagem de grupos oprimidos precisa levar em consideração alguns fatores. O primeiro deles é o de que a dinâmica social que os leva a essa condição, na qual a ciência e o instrumental para a realização das pesquisas também estão imersos. Diversas concepções que geram opressão tais como racismo, sexismo, homofobia, eurocentrismo para citar algumas, nortearam teorias e metodologias. Logo, a adoção de determinadas lentes teóricas e métodos podem evidenciar ou invisibilizar questões a que esses grupos estão sujeitos.

Outro fator importante diz respeito à capacidade do pesquisador criticar sua própria condição. Suas crenças, valores e suas questões estão impressas em seu trabalho. O pesquisador deve ser capaz de compreender como sua posição influencia no fenômeno observado. O argumento do posicionamento isento e neutro pode ser uma solução simplificada, mas não resolve a implicação do pesquisador em sua produção. Já o pesquisador que aborda tais organizações sociais por ser sensível e apoiar a dimensão política deve cuidar para que seu posicionamento não o leve à produção de um trabalho que romanceia o lugar de opressão. Essa nuance demonstra a complexidade que permeia as práticas sociais e nesse sentido, a adoção de um ideal essencialista ou de uma lógica binária implica em severos reducionismos.

As organizações de grupos sociais oprimidos estão inseridas em contexto social dinâmico, marcado por antagonismos e contradições e desse modo. Assim, esses grupos também possuem antagonismos e contradições e classificá-los em uma metanarrativa simplista oblitera a observação e a compreensão dos fenômenos pelos pesquisadores.

O posicionamento empático e sensível, visto como essencial para pesquisar tais grupos, não se confunde com omissão de informações e achados considerados negativos para esses grupos. Nessa situação, cabe ao pesquisador ciente de seu posicionamento político, ético, epistemológico e outros inerentes à pesquisa, compreendê-las e analisá-las. Nesse processo está incluído a habilidade de o pesquisador, diante de seus achados e do contexto, perceber criticamente sociedade, o grupo social que pesquisa, a ciência e a si próprio.



A pesquisa é uma situação em que sujeito dispõe de condições favoráveis para compreender e analisar questões sociais. Se os dados apontam algo negativo, é papel do pesquisador debruçar-se e encontrar explicações para os eventos. É justamente nesse processo que os grupos sociais podem se valer das pesquisas para rever práticas e crenças que contribuem para sua opressão, algo que favorece a emancipação social. O pesquisador com esse compromisso, também deve ser capaz de responder em que seu trabalho contribui para as organizações de grupos sociais oprimidos. Pesquisas realizadas sem essa preocupação podem refletir uma relação em que ciência é usada para extrair e produzir conhecimento a partir dos grupos sociais, sem, contudo, oferecer retorno dos trabalhos. O retorno não se resume a comunicação de achados aos grupos participantes, mas em desdobramentos da pesquisa que possam contribuir para o desenvolvimento social.

## Referências

- Ani, M. Y. (1994). *An African-centered critique European cultural thought and behavior*. Thenton: Africa Worl Press.
- Arandas, W. S. (2010). O racismo institucional contra os negros na Polícia Militar. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.
- Böhm, S. (2006). Depositioning organization: the politics of resistance. In S. Böhm. *Repositioning organizations theory: impossibilities and strategies* (pp. 104-137). Basingstoke: Palgrave Macmillian.
- Boyer, V. (2015). Misnaming social conflict: 'identity', land and family histories in a quilombola community in the Brazilian Amazon. *Journal of Latin American Studies*, 46(3), 527-555.
- Briones, G. (2002). *Epistemología de las ciencias sociales*. Bogotá: ICFES.
- Certeau, M. (2000). *Heterologies: discourse on the other*. London: University of Minnesota Press.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Fantinel, L. & Fischer, T. (2012). Organizações e contextos urbanos: os cafés e as sociabilidades. *Gestão e Sociedade*, 6(15), 280-307.
- Fine, M., Weis, L., Weseen, S., & Wong, L. (2006). Para quem? Pesquisa, representações e responsabilidades sociais. In N. Denzin & Y. Lincoln. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (pp. 115-139). Porto Alegre: Artmed.
- García, R. (2006). Epistemología y teoría del conocimiento. *Salud Colectiva*, 2(2), 113-122.
- Godoy, A. S. M. (2015). *Rui Barbosa e a polêmica queima dos arquivos da escravidão*. Recuperado em 28 dez. 2018, de <https://www.conjur.com.br/2015-set-13/embargos-culturais-rui-barbosa-polemica-queima-arquivos-escravidao>.
- Hall, S. (2001). Que negro é esse na cultura popular negra. *Lugar Comum*, 13/14, 147-159.



- Hessen, J. (1999). *Teoria do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes.
- King, K. R. Racism or sexism? Attributional ambiguity and simultaneous membership in multiple oppressed groups. *Journal of Applied Social Psychology*, 33(2) 223-247.
- Ladson-Billings, G. (2006). Discursos racializados e epistemologias étnicas. In N. Denzin & Y. Lincoln (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (pp. 259-279). Porto Alegre: Artmed.
- Landes, R. (1967). *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Miranda, S. A. (2017). *Educação e quilombos: dinâmicas e impasses na pesquisa – Processo histórico de apagamento de humanidade*. Belo Horizonte: FaE/UFMG. 10 pp. (Notas de aula)
- Poupart, J., Deslauriers, P., Groulx, L., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, A. P. (2012). *A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, B. S. (2011). Epistemologías del sur. *Utopía y Praxis Latinoamericana: Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social*, 54, 17-40.
- Sawaia, B. (2001). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 7-13). Petrópolis: Vozes.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.
- Terence, A. C. F. & Escrivão Filho, E. (2006). Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. *Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Fortaleza, CE, Brasil, XXVI.
- Triviños, A. N. S. (2011). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Vergara, S. C. & Peci, A. (2003). Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 10(27), 13-26.
- Wodak, R. (2008). The contribution of critical linguistics to the analysis of discriminatory prejudices and stereotypes in the language of politics. In R. Wodak & V. Koller (Ed.). *Handbook of communication in the public sphere* (pp. 291-315). Berlin: De Gruyter.
- Wodak, R. (2001a). The discourse-historical approach. In R. Wodak, R. & M. Meyer (Ed.). *Methods of critical discourse analysis* (pp. 63-94). London: Sage.